



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **APROVAÇÃO DA ATA N.º 23, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2013**
2. **DESPACHO N.º 322/GP/AP/2013 – VEREADORA A MEIO TEMPO, DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.**
3. **DESPACHO N.º 326/GP/AP/2013 – DESIGNAÇÃO DE SECRETÁRIO DO GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO – LUÍS ANTÓNIO GERIA BARREIROS.**
4. **REQ. N. 1766/13 – PC N.º 415/13 – VITOR MANUEL LOURENÇO**
5. **REQ. N. 1822/13 – PC N.º 287/12 – MANUEL CARVALHO JUNIOR**
6. **REQ. N. 1848/13 – PC N.º 313/13 – JOÃO RODRIGUES CORREIA**
7. **REQ. N. 1770/13 – PC N.º 107/11 – EMILIA MARIA ALEXANDRE CANTANTE**

8. REQ. N.1859/13– PC N.º 10/10 – AUGUSTO BLANCO JESUS SANTOS
9. REQ. N. 1120/13 – PC N. 205/04 – ACÁCIO SOUSA VENTURA
10. REQ. N. 1805/13 – PC N. 241/12 – TECNIFREZA -INDÚSTRIA DE MOLDES, S.A.
11. REQ. N. 1775/13 – PC N. 238/13 – LUIS DE SOUSA CARDOSO
12. REQ. N.1883/13– PC N.º436/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
13. REQ. N. 1884/13 – PC N.º 437/13 – EDP –DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.
14. REQ. N. 1452/13 – PC N.º 339/13 – SÉRGIO CARVALHO FERREIRA
15. REQ. N.º 458/13– PC N.º 200/2012 – JOSÉ MANUEL DOMINGUES ÓRFÃO
16. REQ. N.º 1846/13– PC N.º 139/08 – JOSÉ JESUS PEREIRA
17. REQ. N.º 1710/13– PC N.º 390/2013 – RODRIGO LEAL DE OLIVEIRA
18. REQ. N.º 879/13– PC N.º 139/08 – FERNANDO CARRIÇA – CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.
19. REQ. N.º 1346/13– PC N.º 1371/00 – MORGADO RUIVO E FILHOS, CONST. CIVIS LDA.
20. REQ. N.º 1823/13– PC N.º 318/12 – CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DE LEIRIA, CRL
21. REQ. E/6478/2013 – DENÚNCIA ENVIADA À ASAE RELATIVA À COLETIVIDADE DE ALBERGARIA
22. REQ. N.º 292/12 – PC N.º 19/09 – TRANSOGÁS – SOCIEDADE DE TRANSPORTES, ÓLEOS E COMBUSTÍVEIS, LDA.
23. REQ. N.º 10/11 – PC N.º 120/10 – JOANA CRISTÓVÃO OLIVEIRA MARTINS
24. REQ. N.º 656/12 – PC N.º 153/09 – MARIA DO CARMO CARREIRA FELICIANO ANTUNES
25. REQ. N.º 1397/11 – PC N.º 428/06 – CIDÁLIA LIBERATO SANTOS

26. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE *“TRANSPORTES ESCOLARES E NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO PARA O ANO 2014”*
27. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE *“SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATAÇÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2013/2014 - PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2014”*
28. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE *“SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATAÇÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014- PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2014”*
29. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA O *“FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE FEVEREIRO DE 2014”*
30. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013, PARA A CONTRATAÇÃO DOS *“SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SELECT DO SOFTWARE BENTLEY, PARA O PERÍODO DE 12 MESES”*
31. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2013, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013.
32. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
33. *“RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO – CP N.º 12/2013” – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.*
34. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELA OCORRÊNCIA DO PASSADO DIA 3 DE AGOSTO DE 2013, NO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE –

**RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL – ROSA MARIA VIDINHA
LOURAÇO JUSTINIANO – APRECIACÃO E DEFERIMENTO.**

- 35. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO**
- 36. TRANSMISSÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO A FAVOR DE NATÁLIA DE JESUS AUGUSTO, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 4, 2ª ESQ., CASAL DE MALTA, POR MOTIVO DE DIVÓRCIO DO PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO**
- 37. APRECIACÃO DE TRÊS CANDIDATURAS RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**
- 38. APRECIACÃO DE UMA CANDIDATURA APRESENTADA NO 2º TRIMESTRE DO ANO 2013, RELATIVA AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**
- 39. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. CASA DE PESSOAL**
- 40. RESUMO DE TESOURARIA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES AD ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente deu início ao período de antes da ordem do dia, tendo usado da palavra os Srs. Vereadores que o solicitaram.

O Sr. Vereador António Santos abordou os seguintes assuntos:

- Perguntou para quando a abertura da Casa da Cultura;
- Referiu, em relação ao centro histórico, que este não pode estar aberto à delinquência e ao crime. Há que tomar as rédeas deste assunto, afetando uma verba em orçamento para a sua reabilitação e fazer como outras cidades vizinhas que têm centros históricos bonitos;
- Citou o anterior Vereador Alberto Cascalho, que há um ano chamava a atenção para que se comesçasse a delinear o orçamento, e lembrou que o acordo do PSD com o PS engloba saneamento, ação social, revitalização do centro histórico e

mercado municipal, e é preciso afetar verbas em orçamento e quer analisá-lo com tempo;

- Em relação à situação da Ribeira das Bernardas, já falada na última reunião, entende que qualquer que seja a petição de um munícipe ela deve ter uma resposta, quanto mais não seja um ato de receção do pedido, para que não aconteça o mesmo que se passou com a D. Deolinda Bonita, que já tinha transmitido à Câmara a necessidade de arranjo daquele lugar e não obteve resposta.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira abordou os seguintes assuntos:

- Referiu que a aprovação da ata da reunião anterior deveria estar a ser feita nesta reunião e não está agendada;
- Constatou que a ata n.º 22 já se encontra publicada no site mas não tem os anexos, que fazem parte integrante da mesma, pelo que a ata n.º 23, que vai ser hoje aprovada, e que também tem anexos, deve ser publicada no site com os respetivos anexos.
- Chamou a atenção para o facto de o site do Município estar muito desactualizado, e estar alojado num servidor muito lento, pelo que propôs, de modo a torná-lo moderno e actual, que talvez pudesse ser incluído no plano de modernização administrativa.

Seguidamente colocou as seguintes perguntas:

- Já há algum draft do Regimento?
- Para quando a gravação das reuniões?
- Para quando a disponibilização, aos Vereadores sem pelouros, dos meios físicos?
- Para quando a disponibilização do endereço de e-mail, uma vez que os membros do executivo já têm e três dos seus membros ainda não?
- Quando, e de que forma, vai receber a resposta aos seus três requerimentos?

Referiu ainda o seguinte:

- Era desejável, se for possível, e para quem não tem pelouros, fazer chegar o orçamento com pelo menos uma semana de antecedência, para que o possam analisar.
- Leu a declaração que se passa a reproduzir, relativa ao “abraço solidário luminoso ao centro de saúde”, em defesa do SAP, em que o MpM esteve presente de forma simbólica:

“Assunto: Abraço solidário luminoso ao centro de saúde

Como temos afirmado, o MpM-Movimento pela Marinha está sempre junto das preocupações da população, situação que assume particular relevância quando o problema se prende com as questões de saúde e com os serviços prestados aos cidadãos do nosso concelho.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Por este motivo tivemos, num acto solidário, a participar no gesto que interpretamos como simbólico, como forma de alertar a comunidade para a problemática. Contudo, na minha perspectiva, a melhoria dos serviços de saúde não será conseguida sem que haja uma efectiva participação política, a ser desenvolvida pela Câmara Municipal junto do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Litoral e do Ministério da Saúde. A situação actual exige uma acção concertada e a criação de unidades de saúde, nomeadamente a Unidade de Saúde Familiar, Unidade de Saúde Personalizados, Unidade de Cuidados na Comunidade.

Marinha Grande, 28 de Novembro de 2013

*O Vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande
Aurélio Ferreira”*

Terminada a leitura desta declaração, o Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse que gostava de ouvir a opinião do Sr. Presidente sobre este assunto

- Seguidamente questionou a forma como é feita a disponibilização dos documentos da reunião, tendo procedido à leitura da declaração que se passa a reproduzir:

“Assunto: Disponibilização da informação para as reuniões da CM

Esta nota centra-se fundamentalmente na clarificação dos motivos pelos quais, aquando da primeira reunião de Câmara em que participei, solicitei que me fosse facultada informação detalhada dos processos.

O objectivo do pedido era única e exclusivamente munir-me dos elementos necessários para que possa tomar uma decisão esclarecida e fundamentada em todos os processos que são apreciados por este órgão. A Câmara Municipal, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, acedeu ao meu pedido passando a enviar, através de email, a referida documentação para todos os membros que integram o órgão.

Por outro lado, de cada sessão ou reunião é lavrada ata, que é o documento em que se narra por escrito a ocorrência de reuniões e tudo o que de relevante nelas se tiver passado. Logo, a ata serve para dar conhecimento ao público em geral, de tudo o que aqui se passou como se cá estivessem estado. E tudo em obediência aos princípios da transparência, da publicidade, enfim, de todos os princípios que tornam a relação dos cidadãos com administração pública, mais simples e transparente.

Assim, e considerando o atrás referido, entendo que o documento obrigatório e fundamental é a ata da sessão ou reunião de Câmara que deve ser bem redigida e apresentada o mais completa possível, situação para a qual também tenho contribuído, devendo ser facultada o mais rapidamente possível aos cidadãos, através dos meios electrónicos disponíveis.

Considerando o princípio do arquivo aberto ou do livre acesso aos documentos administrativos, a transparência da administração e o facto de o regulamento de taxas e licenças prever um custo associado ao acesso a estes documentos (em suporte físico ou digital), entendo que eles não devem ser publicados on line, com o impacto que isso provoca no público em geral, por parte de qualquer um de nós, e deve ser a administração a poder disponibilizá-los, o que o fará, como referido anteriormente, através da ata da referida reunião, conforme previsto na lei. Entendo que, caso o público pretenda aceder aos processos o deverá fazer pelo canal próprio definido pela Câmara Municipal, devendo esta ser célere e transparente nesta matéria. Considero que a informação não deve ser disseminada por outras vias porque, sem prejuízo da publicitação das atas, há informação particular sobre a vida dos cidadãos que não deve ser exposta, disto é exemplo os processos de actualização das rendas que foram apreciados na última reunião.

A privacidade das pessoas não pode ser exposta na vida pública, e muito menos usando abusivamente documentos que esta instituição nos disponibiliza em privado.

Marinha Grande, 28 de Novembro de 2013

*O Vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande
Aurélio Ferreira”*

- Por último, e reportando-se à reunião realizada com os trabalhadores, dado que não foi dada a palavra aos Vereadores, e como pretende vir a comunicar com os mesmos pelos canais oficiais, pediu que lhe seja atribuído o endereço de e-mail.

O Sr. Vereador Carlos Logrado abordou os seguintes assuntos:

- Saudou o facto de os munícipes estarem presentes e exercerem a sua cidadania, lamentando que os Vereadores da oposição estejam de costas para com os mesmos, pelo que pediu ao Sr. Presidente para mudar a disposição da mesa, para a forma longitudinal, ou então que se adote outro mobiliário;
- Solicitou informação sobre todos os procedimentos e a respetiva cronologia dos acontecimentos relativamente ao processo de Carpalhoso & Sobrinho - “Café Avenida”;
- Requereu também a cronologia dos acontecimentos e as causas da demora nas respostas aos vários requerimentos da empresa HHO, de Vieira de Leiria, relativamente ao contrato de fornecimento de água;
- Requereu ainda a cronologia dos acontecimentos relativamente ao protocolo com a EDP, desde o compromisso assumido pela Câmara na reunião de 21/04/2007 até à atualidade, e o porquê de o processo estar parado;
- Perguntou o que é necessário fazer para que a TUMG dê cumprimento ao art.º 43.º da Lei n.º 50/2012, que impõe que o site da empresa tenha uma série de informação e que neste momento não tem;

- Por último perguntou quanto é que custa à Câmara cada um dos membros do executivo, bem como o Chefe de Gabinete, os Assessores e o Secretário.

O Sr. Vereador referiu que a resposta às questões agora colocadas irá ser requerida por escrito.

Prosseguindo a sua intervenção, abordou os seguintes assuntos:

- Disse que é desejável e é possível fazer a aprovação das atas em minuta na própria reunião, e a aprovação da redação final no início da reunião seguinte, embora admita que não possa ser de imediato;
- Referiu que a disponibilização da documentação para esta reunião está bem distribuída, sugerindo que os pontos não incluídos na ordem do dia sejam numerados em sequência dos pontos da ordem do dia, de modo a facilitar a organização digital;
- Pediu que de forma célere se altere o modo de disponibilização da documentação, criando-se um espaço reservado da Câmara para acesso aos documentos, mediante password;
- Referiu que na reunião realizada com os trabalhadores o Sr. Presidente não lhe concedeu tempo para se dirigir aos mesmos, não tinha que o fazer, mas por uma questão de democraticidade deveria tê-lo feito, pois seria um gesto nobre e que o engrandeceria. Assim, pediu que noutras circunstâncias futuras o deixe fazê-lo;
- Relativamente à manifestação de apoio ao SAP, quis também dar conta do mesmo descontentamento já manifestado pelo Vereador Aurélio Ferreira, pois entende que quando o Presidente dirigiu a palavra à comunidade não lhe tinha ficado mal pedir que os restantes Vereadores se juntassem a ele. O órgão é composto por sete membros, e o seu bom relacionamento é desejável para a paz social e para que comunguem todos dos mesmos objetivos.

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes e fornecendo as seguintes respostas e informações:

- Referiu, relativamente à manifestação de apoio ao SAP da Marinha Grande, que o Presidente da Câmara vai a todas as manifestações, e só usou da palavra porque o convidaram, pois nem queria fazê-lo, razão pela qual não tinha que dar a palavra a ninguém. A este propósito aproveitou para informar que amanhã, na inauguração da FAG, não vai dar a palavra a todos os Vereadores.
- No que respeita ao atraso na aprovação da ata, referiu que ainda ontem foi recebida uma declaração de voto referente à reunião anterior, pelo que informou que de agora em diante as declarações de voto terão que ser feitas na própria reunião. (Como a declaração de voto a que o Sr. Presidente se referia foi apresentada pelo Sr. Vereador Carlos Logrado, este declarou que a retirava).

- Informou que o Dr. Miguel Crespo, Chefe da Divisão Jurídica, já começou a trabalhar na elaboração do Regimento, e que talvez na próxima semana possa chamar os Srs. Vereadores para ouvir as suas opiniões.
- Informou ainda que todos os requerimentos apresentados pelos Srs. Vereadores serão respondidos por escrito.
- Por último, leu um parecer jurídico elaborado pelos serviços, relativo à divulgação pública dos documentos que acompanham a ordem do dia das reuniões da Câmara Municipal, que se anexa à presente ata (**Anexo 1**), dando-se por reproduzido o seu conteúdo.
Este parecer será enviado por e-mail a todos os Srs. Vereadores, tal como foi solicitado.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** abordou este assunto, afirmando que devem ser assumidas as responsabilidades, pois a vida das pessoas não pode ser exposta na praça pública nem colocada na internet, isso não é transparência. Referiu que o populismo e a demagogia não podem passar por aqui, pelo que pediu ao Sr. Presidente da Câmara que tome todas as medidas necessárias.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** também mostrou a sua indignação, referindo que se trata de um triste exemplo daquilo que deve ser feito por um Vereador, que em nome de um princípio de transparência expôs em praça pública a vida privada das pessoas. Entende que não se deve fazer aos outros aquilo que não gostaríamos que nos fizessem a nós, referindo que, como advogada, recebeu telefonemas no seu escritório de pessoas que pretendiam saber o que poderiam fazer, embora sendo pessoas com grandes carências económicas. Terminou afirmando tratar-se de um ato vergonhoso por parte do movimento + Concelho.

O **Sr. Presidente** informou que para além desta situação, há muitos documentos administrativos que podem ser consultados mediante apresentação de requerimento para esse efeito, o que não se pode é viver no pressuposto de que “vale tudo”.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que tudo aquilo que é discutido à mesa da reunião é público e consta na ata, e isso não pode ser evitado. A informação que chega aos Vereadores é privilegiada, situação que entende, até porque a sua disponibilização tem custos, e alguns elevados, nomeadamente as fotocópias.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** pediu que fique registado o seu repúdio por aquilo que se tem verificado na divulgação abusiva dos processos administrativos do foro privado de cada um e com a exposição na praça pública, referindo que preza a sua privacidade e a dos outros.

Terminadas as intervenções sobre a divulgação pública dos documentos, o Sr. Presidente continuou a responder às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, do seguinte modo:

- Informou que os requerimentos dos Srs. Vereadores vão ser respondidos por escrito, com conhecimento a todos os restantes.
- Entregou a resposta ao requerimento n.º 3, apresentado pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, relativo ao pedido do regulamento de obras particulares, do regulamento do PDM e do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG).
- Entregou o mapa relativo aos serviços de reparações adjudicados no período de janeiro a outubro de 2013, que responde à questão colocada na reunião camarária de 31/10/2013 pelo Sr. Vereador Carlos Logrado, que se anexa à presente ata (**Anexo 2**) e se dá por reproduzido.
- Informou que os arranjos na Ribeira das Bernardas estão a ser feitos.
- Sobre a Casa da Cultura, deu a palavra ao **Vereador Vítor Pereira**, a quem atribuiu o pelouro. Este informou que está ainda num processo de assimilação de informação, e de facto verifica que há alguns atrasos imputáveis ao empreiteiro, em que a Câmara irá acionar os meios legais. Informou ainda que vai haver um programa cultural, que já está a ser esboçado para depois ser implementado, de modo a tirar partido do espaço e a contribuir para a animação do centro tradicional.
- Referiu que na próxima semana começará a ouvir os Vereadores sobre a proposta de orçamento, tal como é de lei.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu, a este propósito, que a proposta de orçamento está a ser elaborada, para que todos a apreciem, mas estão a sentir algumas dificuldades, nomeadamente com a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, criadas com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que estão também a ser carregadas no orçamento as ações que têm continuidade para o próximo ano, referindo, a propósito das Juntas de Freguesia, que estas viram aumentar as competências próprias ao mesmo tempo que foram reduzidas as verbas, o que vai levantar problemas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** reconheceu que se trata de uma situação complicada, tendo questionado se a delegação de competências é só uma mera transferência de verbas ou se também engloba meios humanos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** questionou se é vontade do executivo aprovar o orçamento em dezembro, tendo o Sr. Presidente respondido que sim, o que levou o Sr. Vereador a observar que já não há muito tempo para os Vereadores contribuírem e participarem, pelo que se a Câmara pretende a sua participação deve fazê-lo já, senão será tarde. Referiu ainda que os problemas apresentados são uma forma de desculpa, e o que é necessário é contornar as dificuldades e constrangimentos da lei e encontrar soluções, pelo que perguntou se já há algumas soluções ou ideias de soluções que possam ser partilhadas com a vereação.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que não se trata de não querer partilhar as soluções, até porque o Vereador Carlos Logrado com certeza que já tem as suas ideias.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que tem ideias e que são dinâmicas, mudam conforme as necessidades, assim como o executivo de certeza que já tem também as suas ideias, só que não as quer partilhar.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que as questões são eminentemente técnicas.

Sobre o orçamento, o **Sr. Vereador António Santos** referiu que as suas ideias estão plasmadas no acordo celebrado, e é claro que votará a favor ou não em função disso.

Antes de encerrar o período de antes da ordem do dia o Sr. Presidente informou ainda o seguinte:

- o circuito visitável da indústria do molde, instalado no edifício da Resinagem, será inaugurado no próximo dia 13 de dezembro.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 23, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2013

1058 - Presente a ata n.º 23, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 31 de outubro de 2013, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a redação final da ata n.º 23, da reunião ordinária realizada no dia 31 de outubro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - DESPACHO N.º 322/GP/AP/2013 – VEREADORA A MEIO TEMPO, DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.

Para os devidos efeitos, na qualidade de Presidente, dou conhecimento ao digníssimo órgão executivo, que através do meu despacho n.º 322/GP/AP/2013, de 14 de novembro, e após

deliberação do órgão executivo no sentido da fixação de um vereador a meio tempo, para além dos dois vereadores previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, escolhi para vereadora a meio tempo, a Senhora Dr.ª Alexandra Filipa Araújo Seara Dengucho, a quem distribuí as seguintes funções:

- Área de Desenvolvimento Estratégico
Turismo.
- Área de Relações Externas
Geminacões.
- Área de Desenvolvimento Social
Educação;
Saúde.

A Câmara tomou conhecimento.

3 - DESPACHO N.º 326/GP/AP/2013 – DESIGNAÇÃO DE SECRETÁRIO DO GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO – LUÍS ANTÓNIO GERIA BARREIROS.

Para os devidos efeitos, na qualidade de Presidente, dou conhecimento ao digníssimo órgão executivo, que através do meu despacho n.º 326/GP/AP/2013, de 19 de novembro, designei também, para exercer as funções de secretário do gabinete de apoio à veração, o Senhor Luís António Geria Barreiros, com efeitos a 20 de novembro de 2013.

A Câmara tomou conhecimento.

4 - REQ. N. 1766/13 – PC N.º 415/13 – VITOR MANUEL LOURENÇO

1059 - Presente requerimento n.º 1766/13, datado de 2013/10/30, constante do processo camarário n.º 415/13, subscrito por Vitor Manuel Lourenço, com o NIF n.º 155304259, residente na Rua da Marinha Grande, n.º 26, lugar de Aceiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de licenciamento da obra de construção de “Anexo de apoio à moradia, arrumos e salão de lazer”**, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Marinha Grande, n.º 26, lugar de Aceiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.247 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.461 da referida freguesia de Vieira de Leiria.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/11/19, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de construção de *“Anexo de apoio à moradia, arrumos e salão de lazer”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Marinha Grande, n.º 26, lugar de Aceiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.247 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.461, com o processo camarário n.º 415/13, com data de entrada em 2013/10/30, apresentado por Vitor Manuel Lourenço, com o NIF n.º 155304259, residente na Rua da Marinha Grande, n.º 26, lugar de Aceiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera APROVAR O PROJETO DE ARQUITETURA, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 1822/13 – PC N.º 287/12 – MANUEL CARVALHO JUNIOR

1060 - Presentes requerimentos n.º 1467/13 e n.º 1822/13, registados em 2013/09/16 e 2013/11/11, respetivamente, apresentados no âmbito do processo de licenciamento n.º 287/12, registado em 28/09/2013, em nome de Manuel Carvalho Júnior, com NIF 150703224, residente na Rua 1, Estrada do Pero Neto, n.º 74, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, para licenciamento (legalização) de obra de construção de alteração e ampliação de edifício de habitação e comércio/serviços, licenciamento (legalização) de obra de construção de anexos de apoio à habitação e licenciamento de obra de demolição de anexo, sitos na Estrada do Pero Neto, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 1.716 m², registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.361, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8.297, com projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 21/03/2013;

Presentes projetos das especialidades, acompanhados de declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Presentes pareceres técnicos dos serviços datados de 2013/09/26 e 2013/11/13, que atestam estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos para merecer aprovação.

Após análise do pedido, considerando os pareceres técnicos que recaíram sobre o mesmo, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido em nome de Manuel Carvalho Júnior, com NIF 150703224, residente na Rua 1, Estrada do Pero Neto, n.º 74, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, para licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação de edifício de

habitação e comércio/serviços, licenciamento (legalização) de obra de construção de anexos de apoio à habitação e licenciamento de obra de demolição de anexo, sítios na Estrada do Pero Neto, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 1.716 m², registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.361 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8.297 da referida freguesia de Marinha Grande, tendo por condicionalismos:

- 1- A execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra;
- 2- Observar o conjunto de cláusulas, na execução da obra e posterior utilização, constantes no parecer da autoridade concelhia de saúde, que a seguir se transcreve:

“Favorável Condicionado

1. *Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável;*
 2. *As superfícies do solo e das paredes, devem ser de materiais impermeáveis, não absorventes, laváveis e não tóxicas (n.º 1, alínea a) e b), capítulo II, do Regulamento n.º 852/2004, de 29 de abril de 2004);*
 3. *A torneira da cuba de lavagem da copa, deve ser dotada de sistema de acionamento não manual (n.º 4, artigo 6º do Decreto Regulamentar n.º 20/2008, de 27 de novembro) dotada de água quente e fria, materiais de limpeza das mãos e dispositivos de secagem higiénica. Na copa suja deverá ainda existir máquina de lavar loiça (n.º 8, artigo 6º do Decreto Regulamentar n.º 20/2008, de 27 de novembro);*
 4. *Devem existir tantos armários individuais, quantos os funcionários (n.º 2, artigo 41º do Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto);*
 5. *Os produtos de limpeza e os desinfetantes não devem ser armazenados em áreas onde são manuseados géneros alimentícios (n.º 10, Capítulo I, Anexo II, do Regulamento n.º 852/2004, de 29 de abril de 2004);*
 6. *A torneira do lavatório da instalação sanitária dos funcionários, deve ser dotada de um sistema de acionamento de água não manual.”*
- 3- Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

Mais delibera informar o requerente que:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto- Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Nos termos do n.º 6 do artigo 57º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, a concessão de autorização de utilização é precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1848/13 – PC N.º 313/13 – JOÃO RODRIGUES CORREIA

1061 - Presente processo de licenciamento, com o n.º 313/13, apresentado em 05/09/2013, em nome de JOÃO RODRIGUES CORREIA, com o NIF 146 590 058, residente na rua Dr. António Luís Gomes, Bloco D, n.º 1-A, 1º F, Praia da Vieira, Vieira de Leiria, para a **alteração e ampliação de um estabelecimento de bebidas**, existente na **Avenida dos Pescadores, Lote 34, Praia da Vieira**, freguesia de Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 397 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.508, da referida freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 16/09/2013.

Presentes projetos das especialidades, registados a coberto do requerimento n.º 1848, datado de 13/11/2013, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica datada de 15/11/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados aptos a merecer aprovação.

Presente informação técnica datada de 18/11/2013 que confirma estarem cumpridos os condicionalismos expressos pela deliberação de Câmara de 16/09/2013.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:

DEFERIR o processo de licenciamento, em nome de JOÃO RODRIGUES CORREIA, com o NIF 146 590 058, residente na Rua Dr. António Luís Gomes, Bloco D, n.º 1-A, 1º F, Praia da Vieira, Vieira de Leiria, para a alteração e ampliação de um estabelecimento de bebidas, existente na Avenida dos Pescadores, Lote 34, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 397 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4.508, da referida freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais deliberou informar o requerente do seguinte:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3. Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, para o que deverá efetuar**

e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1770/13 – PC N.º 107/11 – EMILIA MARIA ALEXANDRE CANTANTE

1062 - Presente requerimento n.º 1770/13, registado em 31/10/2013, no âmbito do processo de licenciamento a que foi atribuído o n.º 107/11, registado em 29/03/2011, em nome de **Emília Maria Alexandre Cantante**, com NIF 192026704, residente na Travessa Central do Pilado, n.º 12, no lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente a pedido de licenciamento de alterações executadas na moradia, durante a vigência do alvará de construção, sita na Travessa Central do Pilado, n.º 12, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.000 e descrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.110-P, da referida freguesia de Marinha Grande, dispondo de alvará de obras de legalização/ampliação com n.º 7/12, em vigor até ao dia 25/11/2013. Presentes pareceres técnicos datados de 2013/11/04 e 2013/11/12 que atestam estarem os projetos aptos a merecer aprovação.

Após análise do pedido, considerando os pareceres técnicos que recaíram sobre o mesmo, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido, em nome de Emília Maria Alexandre Cantante, com NIF 192026704, residente na Travessa Central do Pilado, n.º 12, no lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao licenciamento de alterações executadas na moradia, durante a vigência do alvará de construção, sita na Travessa Central do Pilado, n.º 12, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8000 e descrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.110-P, da referida freguesia de Marinha Grande, dispondo de alvará de obras de legalização/ampliação n.º 7/12, em vigor até ao dia 25/11/2013.

Mais delibera informar a requerente que:

- 1. Nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, a concessão de autorização de utilização é precedida de vistoria municipal.**
- 2. Deverá promover a entrega do original do mencionado alvará de legalização n.º 7/12, de modo a ser aditado ao mesmo a aprovação das alterações ora aprovadas, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.1859/13— PC N.º 10/10 — AUGUSTO BLANCO JESUS SANTOS

1063 - Presente requerimento n.º 1859/13, datado de 2013/11/05, constante do processo camarário n.º 10/10, registado em 22/01/2010, subscrito por **Augusto Blanco Jesus Santos**, com o NIF n.º 103689290, residente na Rua Principal, n.º 64, lugar de Pedrulheira, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de licenciamento da “Alteração e ampliação de moradia e construção de um anexo”**, incidente sobre um prédio sito na Rua D. Dinis, n.º 4, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.197 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.707, da freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o alvará de licença de alteração n.º 99/11, de 2011/10/14. Presentes projetos de alterações aos projetos das especialidades anteriormente aprovados, referentes ao licenciamento em apreço, dispondo de parecer técnico dos serviços datado de 2013/11/18, a propor a sua aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento das alterações levadas a efeito no decorrer da obra de “Alteração e ampliação de moradia e construção de um anexo”, incidente sobre um prédio sito na Rua D. Dinis, n.º 4, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16197 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.707, da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 10/10, com data de entrada em 2010/01/22, apresentado por Augusto Blanco Jesus Santos, com o NIF n.º 103689290, residente na Rua Principal, n.º 64, lugar de Pedrulheira, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o alvará de licença de alteração n.º 99/11, de 2011/10/14, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que deverá requerer a emissão do alvará referente às alterações aprovadas, instruído com o respetivo termo de responsabilidade do técnico responsável pela direção técnica da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1120/13 — PC N. 205/04 — ACÁCIO SOUSA VENTURA

1064 - Presente requerimento n.º 1120/13, datado de 2013/07/19, constante do processo camarário n.º 205/04, registado em 12/03/2004, subscrito por **Acácio Sousa Ventura**, com o

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

NIF n.º 169726746, residente na Rua do Clube, n.º 9, lugar de Moita, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento das alterações introduzidas na obra de “Construção de uma moradia”**, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua do Caminho Velho, lugar de Moita, freguesia de Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.107 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1.832, da referida freguesia de Moita, à qual foi atribuído o alvará de licença de obras n.º 345/04, de 2004/09/30.

Presentes projetos de alterações aos projetos de arquitetura e das especialidades anteriormente aprovados, referentes ao licenciamento em apreço, dispondo de pareceres técnicos dos serviços datados de 2013/11/14 e 2013/11/18, respetivamente, a propor a sua aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento das alterações levadas a efeito na obra de “Construção de uma moradia”, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua do Caminho Velho, lugar de Moita, freguesia de Moita, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.107 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1832, da freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 205/04, com data de entrada em 2004/03/12, apresentado por Acácio Sousa Ventura, com o NIF n.º 169726746, residente na Rua do Clube, n.º 9, lugar de Moita, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o alvará de licença de obras n.º 345/04, de 2004/09/30, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que deverá requerer a emissão do alvará referente às alterações aprovadas, instruído com o respetivo termo de responsabilidade do técnico responsável pela direção técnica da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1805/13 – PC N. 241/12 – TECNIFREZA -INDUSTRIA DE MOLDES, S.A.

1065 - Presente pedido de licenciamento de **alterações em obra**, apresentado a 7 de novembro de 2013, ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, para a construção de **um edifício industrial**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14284 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17057, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com o n.º de processo 241/12, com data de entrada inicial de 14 de agosto de 2012, apresentado por **TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A.**, com o NIF/NIPC 502 151 200, com sede na Estrada dos Guilhermes, Casal da Lebre, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo alvará de licença de construção n.º 3/13 foi emitido nos termos do artigo 74º do RJUE a 23

de janeiro de 2013 e prorrogado nos termos do n.º 5 do artigo 58º do mesmo diploma legal a 3 de setembro de 2013, sendo válido até 22 de dezembro de 2013;

Presente projeto de alterações de arquitetura.

Presentes projetos de alterações das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE.

Presente informação técnica, datada de 25 de novembro de 2013, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 26.º do Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento de alterações em obra da construção de um edifício industrial, no prédio sito na Estrada dos Guilhermes, Amieirinha, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14284 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17057, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por TECNIFREZA-IND. DE MOLDES, S.A., com o NIF/NIPC 502 151 200, com sede na Estrada dos Guilhermes, Casal da Lebre, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo alvará de licença de construção foi emitido nos termos do artigo 74º do RJUE a 23 de janeiro de 2013 e prorrogado nos termos do n.º 5 do artigo 58º do mesmo diploma legal a 3 de setembro de 2013, sendo válido até 22 de dezembro de 2013.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do RJUE, deverá, no prazo de vigência do atual alvará de licença de construção n.º 3/13, requerer o averbamento do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1775/13 – PC N. 238/13 – LUIS DE SOUSA CARDOSO

1066 - Presente requerimento n.º 1175/13, datado de 31/10/2013, constante do processo camarário n.º 238/13, registado em 24/07/2013, apresentado em nome de **Luís de Sousa Cardoso**, com o NIF 169763552, residente na Rua Augusto de Oliveira Guerra, n.º 2, lugar da Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, com vista ao **licenciamento (legalização) de obra de construção de muro de vedação e anexo de apoio da moradia**, sita na Rua Augusto de Oliveira Guerra, n.º 2, lugar da Ordem, freguesia e concelho de Marinha

Grande, no prédio com 454,00 m², registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 10.193 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6.503 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2013/11/12 e de 2013/11/19, que atestam não se encontrar o pedido em condições de merecer aprovação.

Após análise do pedido, considerando os pareceres técnicos que recaíram sobre o mesmo, a Câmara Municipal delibera:

NOTIFICAR o requerente, Luís de Sousa Cardoso, com o NIF 169763552, residente na Rua Augusto de Oliveira Guerra, n.º 2, lugar da Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento do seu pedido de licenciamento (legalização) de obras de construção de muro de vedação e anexo de apoio da moradia, sita na Rua Augusto de Oliveira Guerra, n.º 2, lugar da Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 454 m², registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 10193 e inscrito na matriz urbana sob o n.º 6503, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por o mesmo não assegurar a continuidade do passeio promovendo a acessibilidade e garantindo a existência de um espaço seguro e com essa função, onde se proporciona assim uma igual oportunidade de uso, violando assim, o artigo 19º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

Mais delibera informar que, tal como comunicado pelo ofício n.º 985/13, de 2013/09/26, com receção ocorrida em 2013/09/30, o pedido poderá ser revisto caso o projeto seja reformulado de forma a assegurar o recuo do muro de vedação numa extensão aproximada de 24 m a partir da zona do telheiro até à proximidade do contador de gás natural, de modo a assegurar um passeio com largura de 1,50 m, contada a partir do lancil existente paralelo ao muro da Rua do Caminho Fundo, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19º do RMEUMMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.1883/13— PC N.º436/13 — LUSITANIAGÁS — COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

1067 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala em 12,00 m de betuminoso e 2,00 m de calçada e 1,00 m de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito em Estrada da Garcia, n.º 70, lugar de Cartaxo e Rua João Órfão Soares, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 15/11/2012, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 12,00 m de betuminoso e 2,00 m de calçada e 1,00 m de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito em Estrada da Garcia, n.º 70, lugar de Cartaxo e Rua João Órfão Soares, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- A sinalização horizontal eventualmente danificada deverá ser devidamente reposta.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1884/13 – PC N.º 437/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.

1068 - Presente pedido de ocupação da via pública, registado sob o n.º 1884/13, de 19/11/2013, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., para abertura de vala numa extensão de 5,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua da Covina, freguesia de Marinha Grande,

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 30/10/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 5,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua da Covina, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos

- Deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1452/13 – PC N.º 339/13 – SÉRGIO CARVALHO FERREIRA

1069 - Presente requerimento n.º 1452/13, datado de 2013/09/12, constante do processo camarário n.º 339/13, registado em 12/09/2013, apresentado por **Sérgio Carvalho Ferreira**, com o NIF n.º 168499940, com residência na Rua 1 – Travessa da Cancela, n.º 13, lugar de Escoura, freguesia de Marinha Grande, referente ao ***“Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”***, a incidir sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3868 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo n.º 13.644, da referida freguesia de Marinha Grande, com a área total de 2.400,00 m², localizado na Travessa da Cancela, lugar de Escoura, freguesia de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2013/11/20, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque requerida, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise do *“Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”*, a incidir sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3868 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo n.º 13.644, da referida freguesia de Marinha Grande, com a área total de 2.400,00 m², localizado na Travessa da Cancela, lugar de Escoura, freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 339/13, com data de entrada em 2013/09/12, apresentado por Sérgio Carvalho Ferreira, com o NIF n.º 168499940, com residência na Rua 1 – Travessa da Cancela, n.º 13, lugar de Escoura, freguesia de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido pelo facto da parcela a destacar se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque confrontarem com arruamento público, e mandar emitir a respetiva certidão de destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro - RJUE, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 ano contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do RJUE, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

15 - REQ. N.º 458/13 – PC N.º 200/2012 – JOSÉ MANUEL DOMINGUES ÓRFÃO

1070 - Presente pedido, registado sob o n.º 458/13, datado de 27/03/2013, apresentado no âmbito do processo n.º 200/2012, registado em 30/04/2012, em nome de José Manuel Domingues Órfão, com NIF 177046554, residente na Av. da Liberdade, n.º 6 – R/C Esq., lugar de Monte Abraão, freguesia de Queluz, município de Sintra, e Mapril Domingues Órfão, com NIF 154236675, residente na Av. 1.º de Maio, n.º 164-A, 1.º, no Lugar de Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, para **alteração do título constitutivo da propriedade horizontal**, de modo a que a garagem da fração “B” possa ser transacionada por meio de escritura pública, passando a referida garagem a integrar a fração “A”, do prédio sito na Avenida 1.º de Maio, n.º 164-A, no Lugar de Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.173 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.388 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 14/11/2013, que atesta estar o pedido em condições de se determinar a emissão da certidão nos termos descritos no pedido.

Após a análise do pedido, considerando o parecer técnico que recaiu sobre o mesmo, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido, em nome de José Manuel Domingues Órfão, com NIF 177046554, residente na Av. da Liberdade, n.º 6 – R/C Esq., lugar de Monte Abraão, freguesia de Queluz, município de Sintra, e Mapril Domingues Órfão, com NIF 154236675, residente na Av. 1.º de Maio, n.º 164-A, 1.º, no Lugar de Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, para alteração do título constitutivo da propriedade horizontal, de modo a que a garagem da fração “B” possa ser transacionada por meio de escritura pública, passando a referida garagem a integrar a fração “A”, do prédio sito na Avenida 1.º de Maio, n.º 164-A, no Lugar de Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.173 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16.388.

Delibera ainda, determinar a emissão da certidão requerida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N.º 1846/13 – PC N.º 139/08 – JOSÉ JESUS PEREIRA

1071 - Presente requerimento n.º 1846/13, datado de 2013/11/13, constante do processo camarário n.º 139/08, registado em 10/04/2008, apresentado por **José Jesus Pereira**, com o NIF n.º 149.379.021, com residência na Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a **emissão de certidão** comprovativa em como o edifício sito na Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, freguesia de Marinha Grande, para o qual foi emitido o alvará de licença de legalização n.º 85/11, datado de 2011/11/07, com posterior alteração averbada em 2013/09/30, referente ao licenciamento da obra de legalização da

alteração de um edifício de habitação e comércio existente, sito no prédio urbano registado na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 12131 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 203, da freguesia e concelho de Marinha Grande, **reúne os requisitos em projeto, para poder ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal**, previsto nos artigos 1414.º e seguintes do Código Civil.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/11/14, propondo o deferimento da pretensão e a emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunido os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise do pedido em como o edifício sito na Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, freguesia de Marinha Grande, para o qual foi emitido o alvará de licença de legalização n.º 85/11, datado de 2013/09/30, referente ao licenciamento da obra de legalização da alteração de um edifício de habitação e comércio existente, sito no prédio urbano registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 12131 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 203, da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 139/08, com data de entrada em 2008/04/10, apresentado por José Jesus Pereira, com o NIF n.º 149379021, com residência na Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, , e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, que refere que o projeto de arquitetura aprovado em reunião de câmara realizada em 2009/12/10, observa os requisitos necessários para poder ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, previsto nos artigos 1414.º e seguintes do Código Civil, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de emissão de certidão comprovativa de que o edifício reúne os requisitos, em projeto, para poder ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal e mandar emitir a certidão requerida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N.º 1710/13– PC N.º 390/2013 – RODRIGO LEAL DE OLIVEIRA

1072 - Presente requerimento n.º 1710/13, datado de 2013/10/23, constante do processo camarário n.º 390/2013, registado em 2013/10/23, apresentado por Rodrigo Leal de Oliveira, com o NIF n.º 122 517 946, com residência na rua Professor Gilberto Roseiro, n.º 35, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a emissão de certidão comprovativa em como o edifício sito na **rua Professor Gilberto Roseiro, n.º 35**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, construído ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 845 de 3 de julho de 1985, a que corresponde o alvará de licença de utilização n.º 29 de 1989, e com alterações efetuadas ao abrigo do processo n.º 70/93, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 363/93, no prédio registado na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7237, omisso na matriz, **reúne os requisitos em projeto, para poder ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal**, previsto nos artigos 1414.º e seguintes do Código Civil.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/11/22, propondo o deferimento da pretensão e a emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunido os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido apresentado por Rodrigo Leal de Oliveira, com o NIF n.º 122 517 946, com residência na rua Professor Gilberto Roseiro, n.º 35, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a emissão de certidão comprovativa de que o edifício sito na rua Professor Gilberto Roseiro, n.º 35, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7237, omissa na matriz, reúne os requisitos, em projeto, para poder ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 1414.º e seguintes do Código Civil e mandar emitir a respetiva certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N.º 879/13— PC N.º 139/08 — FERNANDO CARRIÇA — CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.

1073 - Presente requerimento n.º 879/13, datado de 12/06/2013, apresentado por **Fernando Carriça — Construção Civil, Lda.**, com o NIPC - Número de Identificação de Pessoa Coletiva 502 416 025, com sede na Rua dos Vidreiros, n.º 51, 2430 — 813 Vieira de Leiria, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito de licenciamento uma operação urbanística de loteamento urbano, incidente sobre o prédio sito na Rua Franklin Vieira Dias/ Rua Santo António da Platina, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento n.º 368/2008, para a qual foi emitido o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 01/2011, com vista à sua receção provisória e à libertação de parte da garantia bancária simples n.º 0503.003722.593, da Caixa Geral de Depósitos, datada de 10/12/2010 prestada como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização — no valor de 37.201,14€ (trinta e sete mil duzentos e um euros e catorze cêntimos);

Presente, informação da Comissão de Vistorias referindo que é possível proceder à receção das obras de urbanização uma vez que as mesmas se encontram foram executadas de acordo com os projetos aprovados;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, propondo a receção provisória das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera:

Aceitar provisoriamente as obras de urbanização referentes à rede viária, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas, realizadas no âmbito do licenciamento da operação de loteamento urbano, incidente sobre o prédio sito na Rua Franklin Vieira Dias/ Rua Santo António da Platina, freguesia de Vieira de

Leiria, concelho da Marinha Grande, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento n.º 368/2008, para a qual foi emitido o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 01/2011, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos documentos anexos à presente deliberação, e mandar libertar o valor de 90% do valor da caução prestada pelo requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, através de garantia bancária simples n.º 0503.003722.593, da Caixa Geral de Depósitos, datada de 10/12/2010, no valor total de 37.201,14€ (trinta e sete mil duzentos e um euros e catorze cêntimos), que corresponde ao montante de 33.481,03€ (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e um euros e três cêntimos), nos termos do disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, ficando retidos 3.720,11€ (três mil, setecentos e vinte euros e onze cêntimos) até a receção definitiva das obras de urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N.º 1346/13 – PC N.º 1371/00 – MORGADO RUIVO E FILHOS, CONST. CIVIS LDA.

1074 - Presente requerimento n.º 1346/13, datado de 29/08/2013, apresentado por Morgado Ruivo & Filhos – Const. Civis, Lda., com o NIPC - Número de Identificação de Pessoa Coletiva 501.514.546, com sede na Rua da Relvinha, n. 11, Boavista, Leiria, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito do licenciamento de uma operação urbanística de loteamento urbano, incidente sobre um prédio sito na Rua Helder Luciano Roldão, lugar de Vergieiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento n.º 1371/00, para a qual foi emitido o Alvará de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização n.º 05/2005, com vista à sua receção definitiva e à libertação da garantia bancária prestada como garante da boa execução das infraestruturas;

Presente, informação da Comissão de Vistorias referindo que é possível proceder à receção das obras de urbanização uma vez que as mesmas se encontram em boas condições de conservação e manutenção;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera:

Aceitar definitivamente as obras de urbanização realizadas, nomeadamente, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de drenagem de águas residuais pluviais, rede viária e espaços verdes, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos documentos anexos à presente deliberação, e mandar libertar a totalidade da garantia bancária n.º 125-02-0808271, Millennium BCP, prestada pelo requerente com vista a garantir a boa execução das obras e a sua manutenção e conservação até à receção definitiva.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N.º 1823/13 – PC N.º 318/12 – CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DE LEIRIA, CRL

1075 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1823/13 de 11/11/2013, apresentado por CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DE LEIRIA, CRL, com o NIPC 500978921, com sede em Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25, freguesia e concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício (armazém), cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 318/12, apresentado em 26/10/2012, e titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 70/13, emitido em 21/02/2013.

Presente parecer técnico datado 25/11/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Almoíña Velha, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade de ACAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DE LEIRIA, CRL, com o NIPC 500978921, com sede em Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25, freguesia e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
 - Engenheira Cristina Silva**
 - Arquiteto Ricardo Santos**
 - Fiscal Tomé Braz**
- 2) Membros suplentes**
 - Engenheiro Rui Vicente**
 - Arquiteto Alexandre Fava**
 - Fiscal Carlos Duarte**

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. E/6478/2013 – DENÚNCIA ENVIADA À ASAE RELATIVA À COLETIVIDADE DE ALBERGARIA

Tendo em conta a discussão havida sobre o processo e as explicações fornecidas, a Câmara decidiu unanimemente retirá-lo da ordem do dia, para melhor análise.

22 - REQ. N.º 292/12 – PC N.º 19/09 – TRANSOGÁS – SOCIEDADE DE TRANSPORTES, ÓLEOS E COMBUSTÍVEIS, LDA.

1076 - Presente projeto de pedido de licenciamento, a que foi atribuído o número de processo 19/09, registado em 05/02/2009, referente às Alterações a um Posto de Abastecimento de Combustíveis e Edifício de Apoio existentes.

Presente informação técnica datada de 25/11/2013 que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística, e que menciona a existência de prévio contacto telefónico com representante da sociedade requerente.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica e,

- 1- Considerando que o interessado, **TRANSOGÁS – SOCIEDADE DE TRANSPORTES, ÓLEOS E COMBUSTÍVEIS, LDA.**, com o NIPC n.º 500287090, com escritório na Zona Industrial da Embra, Freguesia de Marinha Grande foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de **alterações a um posto de abastecimento de combustíveis e edifício de apoio existentes**, a que foi atribuído o número de processo 19/09, incidente sobre um prédio sito na E.N. n.º 242, km 9,894 - Embra, Freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 04/03/2010, através do ofício n.º 272/10, de 10/03/2010, rececionado em 16/03/2010;
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 16/03/2011 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);
- 3- Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 01/04/2011, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 269/11, de 06/04/2011 e rececionado em 12/04/2011;
- 4- Considerando que o prazo foi automaticamente duplicado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 20/02/2012, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 190/12, de 22/02/2012, rececionado a 24/02/2012.
- 5- Considerando que o interessado tinha até ao dia 16/03/2013 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

- 6- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – nº 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 7- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 19/09, para licenciamento de uma obra de alterações a um posto de abastecimento de combustíveis e edifício de apoio existentes, incidente sobre um prédio sito na E.N. n.º 242, km 9,894 - Embra, Freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, NOTIFICAR o requerente, Transogás – Sociedade de Transportes, Óleos e Combustíveis, Lda., com o NIPC n.º 500287090, com escritório na Zona Industrial da Embra, Freguesia de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N.º 10/11 – PC N.º 120/10 – JOANA CRISTÓVÃO OLIVEIRA MARTINS

1077 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de Alteração/Ampliação de uma Moradia Unifamiliar e Muros de Vedação existentes, a que foi atribuído o número de processo 120/10, datado de 31/05/2010, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Miguel Torga, Lugar de Várzea, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Joana Cristóvão Oliveira Martins, com o NIF n.º 213134535, com residência na Rua Miguel Torga, n.º 10, Lugar de Várzea, Freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 25/11/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada, mencionando a existência de prévio contacto telefónico com a requerente.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica e,

- 1- Considerando que o interessado, **JOANA CRISTÓVÃO OLIVEIRA MARTINS**, com o NIF n.º 213134535, com residência na Rua Miguel Torga, n.º 10, lugar de Várzea, Freguesia de Marinha Grande foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de **alteração/ampliação de uma moradia unifamiliar e muros de vedação existentes**, a que foi atribuído o número de processo 120/10, datado de 31/05/2010, incidente sobre um prédio sito Rua Miguel Torga, lugar de Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 27/01/2011, comunicada através do nosso ofício n.º 83/11, de 01/02/2011, rececionado em 07/02/2011;

- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 07/02/2012 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE), e que não o fez;
- 3- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 4- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 120/10, referente ao licenciamento de uma obra de alteração/ampliação de uma moradia unifamiliar e muros de vedação existentes, incidente sobre um prédio sito Rua Miguel Torga, lugar de Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, NOTIFICAR a requerente, JOANA CRISTÓVÃO OLIVEIRA MARTINS, com o NIF n.º 213134535, com residência na Rua Miguel Torga, n.º 10, lugar de Várzea, Freguesia de Marinha Grande para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N.º 656/12 – PC N.º 153/09 – MARIA DO CARMO CARREIRA FELICIANO ANTUNES

1078 - Presente projeto de pedido de licenciamento referente à obra de **alteração e ampliação de edifício de habitação e comércio, tendo em vista a instalação de estabelecimento de restauração e bebidas**, a que foi atribuído o número de processo 153/09, registado em 14/07/2003, incidente sobre um prédio localizado na Rua de Leiria, n.º 147, Lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por **Maria do Carmo Carreira Feliciano Antunes**, com o NIF n.º 121305481, residente na Rua de Leiria, n.º 151, Lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 25/11/2013, sobre o limite do prazo para requerer a emissão do alvará, donde consta a informação de prévio contacto telefónico com a requerente.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 25/11/2013 que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, **Maria do Carmo Carreira Feliciano Antunes**, com o NIF n.º 121305481, residente na Rua de Leiria, n.º 151, Lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de **alteração e ampliação de edifício de habitação e comércio, tendo em vista a instalação de estabelecimento de restauração e bebidas**, a que foi atribuído o número de processo 153/09, localizado na Rua de Leiria, n.º 147, Lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 26/04/2012, através do ofício n.º 406/12, datado de 02/05/2012, rececionado a 04/05/2012;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 05/05/2013 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);
3. Considerando que a interessada tinha até ao dia 05/05/2013 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
4. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
5. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 153/09, para alteração e ampliação de edifício de habitação e comércio, tendo em vista a instalação de estabelecimento de restauração e bebidas, a que foi atribuído o número de processo 153/09, registado em 14/07/20013, incidente sobre um prédio localizado na Rua de Leiria, n.º 147, Lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 5 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, NOTIFICAR a requerente, Maria do Carmo Carreira Feliciano Antunes, com o NIF n.º 121305481, residente na Rua de Leiria, n.º 151, Lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N.º 1397/11 – PC N.º 428/06 – CIDÁLIA LIBERATO SANTOS

1079 - Presente processo referente ao de pedido de licenciamento referente à obra de **construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**, a que foi atribuído o número de processo 428/06, registado em 28/06/2006, incidente sobre um prédio rústico sito na

Rua das Laranjeiras, Lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por **Cidália Liberato Santos**, com o NIF n.º 210093463, residente na Rua da Várzea, n.º 19, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer dos serviços, datado de 25/11/2013, sobre o decurso do prazo para requerer a emissão de alvará de construção, contendo informação sobre o prévio contacto telefónico efetuado pelos serviços.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 25/11/2013, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

- 1- Considerando que a interessada, **Cidália Liberato Santos**, com o NIF n.º 210093463, residente na Rua da Várzea, n.º 19, Freguesia de Marinha Grande foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de **licenciamento de uma obra de construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua das Laranjeiras, Lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 24/06/2010, através do ofício n.º 737/10, de 01/07/2010, rececionado em 07/07/2010;
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 08/07/2011 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);
- 3- Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido da interessada, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 04/08/2011, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º, comunicado à interessada pelo ofício n.º 861/11, de 12/10/2011 e rececionado em 18/10/2011;
- 4- Considerando que a interessada tinha até ao dia 08/07/2012 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 5- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 428/06, respeitante à obra de construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação incidente sobre um prédio rústico sito na Rua das Laranjeiras, Lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar a requerente, **Cidália Liberato Santos**, com o NIF n.º 210093463, residente na Rua da Várzea, n.º 19, Freguesia de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

1080 - No prosseguimento da ordem do dia, e encontrando-se em apreciação o ponto 26, o Sr. Vereador Carlos Logrado requereu a retirada deste ponto, tendo apresentado a seguinte proposta:

“Proponho a retirada da ordem do dia do ponto 26 por não serem apresentados elementos que permitam validar o montante máximo do procedimento da contratação nem como o peso relativo dos serviços prestados com os meios próprios da TUMG e os meios a subcontratar pela TUMG, nem o plano de ação no sentido de aumentar a eficácia e a eficiência da TUMG face a exercícios anteriores.”

O Sr. Presidente aceitou o requerimento, tendo colocado a proposta à votação.

A proposta foi recusada, com 4 votos contra, 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira e 1 voto a favor do seu proponente.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Abstive-me porque é apenas a abertura do procedimento de contratação, e os valores da contratação serão de acordo com o valor definido no concurso público a decorrer neste momento, para se contratar um serviço idêntico. No entanto, quando vier a este órgão a contratação devemos ter as respostas às questões apresentadas nesta proposta”.

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Na proposta apresentada pelo Vereador Carlos Logrado, tendo em consideração o valor apresentado de 311.475 €, valor inferior ao ano anterior, tendo em consideração que o valor proposto é uma proposta dos serviços, e tendo em consideração que o valor em causa é um limite que servirá de base a um procedimento concursal e nada mais do que isso, votei contra o requerimento apresentado pelo Vereador Carlos Logrado porque entendo não ter sido violada qualquer norma legal ou de boa gestão que de alguma forma prejudique os interesses do Município.

Posteriormente, quando da apreciação dos diversos procedimentos concursais em que se irão determinar os valores do mercado estaremos em condições de apreciar todas as questões, em especial os valores da TUMG, que não poderão ser superiores. Penso que estão salvaguardados todos os interesses do Município e também a necessária celeridade de uma matéria tão sensível como são os transportes escolares.

Comungo igualmente das considerações finais do Vereador Aurélio Ferreira, no sentido de serem presentes na altura os elementos aqui indicados.”

Esta declaração de voto foi subscrita pela Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, durante o período das 13:00 horas às 14:30 horas, para almoço.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**26 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE
“TRANSPORTES ESCOLARES E NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS
SOCIAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO PARA O ANO 2014”**

1081 - Presente a informação e a requisição interna n.º 13113 da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização dos serviços de “Transportes escolares e no âmbito de projetos educativos, culturais sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2014” à empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A.

Considerando que a contratação desse serviço à Empresa Municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A. não carece de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, por se tratar de contratação excluída, considerando que:

“...a parte II do presente Código não é aplicável à formação de contratos, independentemente do seu objecto, a celebrar por entidades adjudicantes com uma outra entidade, desde que:

- a) A entidade adjudicante exerça sobre a actividade desta, isoladamente ou em conjunto com outras entidades adjudicantes, um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços.*
- b) Esta entidade desenvolva o essencial da sua actividade em benefício de uma ou várias entidades adjudicantes que exerçam sobre ela o controlo análogo referido na alínea anterior...”*

Atento o exposto e considerando que o município pode contratualizar a aquisição de serviços diretamente junto da Empresa Municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A. por reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- O Município exerce sobre a empresa municipal o mesmo tipo de controlo que exerce sobre os seus serviços. No caso em apreço acresce ainda que o Município da Marinha Grande detém 100% do capital social da TUMG, EM.
- A Empresa Municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A. realiza a maior parte dos seus serviços com o Município.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para o *“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS A CELEBRAR COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG PARA O ANO DE 2014 - EXCEPTO TRANSPORTES URBANOS”*, na classificação orgânica/económica 0103/020210, ação do PAM 2013/A/130, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar, de 311.475,00€, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 6 do artigo 75.º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013, não estão sujeitas ao disposto nos números 1 e 4 do artigo 75.º da mesma Lei, isto é, não estão sujeitas a parecer prévio vinculativo e redução remuneratória: *“A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.os 64 -A/2008, de 31 de Dezembro, 3 -B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, 55 -A/2010, de 31 de Dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, entre si ou com entidades públicas empresariais;”*

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 22/11/2013, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para os *“Transportes escolares e no âmbito de projetos educativos, culturais sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2014”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços, de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, o artigo 33º, n.º 1, alínea f) e dd) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e de acordo com o artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, delibera:

- Autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato até ao limite de 311.475,00€, acrescidos de IVA à taxa de 6%;
- Tomar a decisão de contratar com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- Excluir a celebração do contrato de *“Transportes escolares e no âmbito de projetos educativos, culturais sociais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2014”* de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“O contributo para a melhoria de todos os procedimentos deve ser feito antes de consumado o ato da contratação. Nesse momento a participação dos Vereadores limita-se à capacidade de dizer sim ou não, não contribuindo para a melhoria do sistema e aumento de eficácia dos serviços.

A falta de elementos que permitam validar os “preços de mercado” a praticar pela TUMG só é possível estabelecendo-se os critérios previamente. Tal facto inviabiliza a votação favorável.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.

27 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2013/2014 - PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2014”

1082 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de Setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;

- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º 1/2244/2013 e requisição interna n.º 13110 do serviço da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datadas de 05-11-2013, nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização dos *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014 - Período de janeiro a junho de 2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

Considerando que se pretende adotar o procedimento de Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014 - Período de janeiro a junho de 2014”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

letivo 2013/2014 - Período de janeiro a junho de 2014”, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2013/A/34.

Considerando que o preço base a aplicar ao procedimento é de 8.058,00€, a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, correspondente a 850 tempos, ao preço unitário de 9,48€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento o contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014 - Período de janeiro a junho de 2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 22/11/2013, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014 - Período de janeiro a junho de 2014”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014 - Período de janeiro a junho de 2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

**28 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO
º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE
DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO
BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE
ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO
LETIVO 2013/2014- PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2014”**

1083 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de Setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- c) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- d) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de

dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º 1/2243/2013 e requisição interna n.º 13109 do serviço da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datadas de 05-11-2013, nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização dos *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014- Período de janeiro a junho de 2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10

do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

Considerando que se pretende adotar o procedimento de Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014- Período de janeiro a junho de 2014”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efetuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014- Período de janeiro a junho de 2014”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2013/A/34.

Considerando que o preço base a aplicar ao procedimento é de 16.601,00€, a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, correspondente a 2.070 tempos, ao preço unitário de 8,02€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento o contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014- Período de janeiro a junho de 2014”.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 22/11/2013, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014- Período de janeiro a junho de 2014*”, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014- Período de janeiro a junho de 2014*”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA O “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE FEVEREIRO DE 2014”

1084 - Presente informação n.º TF-09.2013 e requisição interna n.º 13621 do serviço da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datadas de 05-11-2013, na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2014, com base no Acordo Quadro da ANCP, Eletricidade (AQ-ENE-2011), com o n.º 018.

Considerando que o fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, pode ser efetuado com recurso ao procedimento de consulta aos fornecedores (cocontratantes) ao abrigo do Acordo Quadro n.º 018 denominado de Eletricidade (AQ-ENE-2011), realizado pela Agência Nacional de Compras Públicas (através de Concurso Limitado

por prévia qualificação), nos termos do artigo 259º e alínea b) do n.º 1 do artigo 252º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que a realização de procedimento de consulta aos fornecedores (cocontratantes) ao abrigo do Acordo Quadro n.º 018 denominado de Eletricidade (AQ-ENE-2011), realizado pela Agência Nacional de Compras Públicas, nos termos do artigo 259º e alínea b) do n.º 1 do artigo 252º, ambos do Código dos Contratos Públicos, determina o convite obrigatório às seguintes entidades cocontratantes, seleccionadas pela ANCP:

- EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.;
- Galp Power S.A.;
- Iberdrola Generación S.A.U.

Considerando que os preços unitários a apresentar pelos concorrentes em sede de proposta não podem ser superiores aos preços em vigor no CNCP - Catálogo Nacional de Compras Públicas.

Considerando que as condições técnicas a submeter à concorrência para a aquisição da energia elétrica são as definidas pela ANCP.

Considerando que os serviços da autarquia definiram os seguintes lotes e preços base para o fornecimento de energia elétrica no âmbito do mercado liberalizado:

| Mercado liberalizado | | |
|----------------------|-------------------------------|--------------------|
| Lote | Fornecimento de electricidade | Preço Base sem IVA |
| 1 | Baixa Tensão Especial (BTE) | 139.995,58 € |
| 2 | Média Tensão (MT) | 131.008,01 € |
| Total | | 271.003,59 € |

Considerando que os serviços da autarquia estimaram os valores descritos no quadro seguinte para as tarifas de acesso às redes e todas as restantes taxas e impostos inerentes ao fornecimento de electricidade:

| Descrição | Valor sem IVA |
|---|---------------|
| Tarifas de acesso às redes e impostos inerentes ao fornecimento de electricidade em Baixa Tensão Especial (BTE) | 125.498,98 € |
| Tarifas de acesso às redes, taxas e impostos inerentes ao fornecimento de electricidade em Média Tensão (MT) | 109.433,40 € |
| Total | 234.932,38 € |

Considerando que assim sendo o valor total estimado da despesa para o fornecimento de energia elétrica no mercado liberalizado, tarifas de acesso às redes e todas as restantes taxas e impostos inerentes ao fornecimento de eletricidade ascende a 505.935,97€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 22/11/2013, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para o *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2014”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013, ação do PAM 2013/A/3, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 relativa ao fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, nas classificações orgânica/económica 0103/0103090103 e 0103/06020399.

Atento o objeto do contrato e considerando que o mesmo consubstancia um serviço essencial previsto no n.º2 do art.º 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008 de 26 de Fevereiro e 24/2008 de 2 de Junho, por se tratar de um serviço de fornecimento de energia elétrica, este, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, não está sujeito ao disposto nos n.ºs 1 e 4 do art.º 75.º da mesma, a saber redução remuneratória e parecer prévio vinculativo.

Considerando que é possível delegar a competência para autorizar a realização da despesa no Presidente da Câmara Municipal até ao montante de 748.196,85 euros.

A Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços e de acordo com o artigo 259º e com a alínea b) do n.º 1 do artigo 252º e 36.º, n.º1, 38.º, 40.º, n.º 2, 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, artigo 18º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alíneas f) e dd) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Aprovar as peças do procedimento (convite e as condições técnicas do contrato celebrado pela ANCP com as entidades a convidar);
- c) Adotar o procedimento de consulta aos fornecedores (cocontratantes) ao abrigo do Acordo Quadro n.º 018 denominado de Eletricidade (AQ-ENE-2011), realizado pela Agência Nacional de Compras Públicas, nos termos do artigo 259º e alínea b) do n.º 1 do artigo 252º, ambos do Código dos Contratos Públicos;
- d) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:
 - ✓ Telmo Faria, Presidente;
 - ✓ Susana Silva, Vogal;

- ✓ Sara Coelho, Vogal;
- ✓ Ludmila, Vogal Suplente;
- ✓ Catarina Silva, Vogal Suplente.

f) Delegar no Presidente da Câmara Municipal, a competência para autorizar a realização da despesa até ao montante de quinhentos e cinco mil novecentos e trinta e cinco euros e noventa e sete cêntimos, no âmbito do procedimento de formação de contrato cujo objecto consiste no *“Fornecimento de energia eléctrica em média tensão e em baixa tensão especial para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Na sequência desta aprovação, o Sr. Vereador Carlos Logrado perguntou qual a percentagem que este consumo representa no universo de todo o consumo da Câmara.

O Sr. Presidente informou que a resposta será fornecida por escrito.

30 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013, PARA A CONTRATAÇÃO DOS “SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SELECT DO SOFTWARE BENTLEY, PARA O PERÍODO DE 12 MESES”

1085 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;

- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação e requisição interna n.º 11588, ambas da DOT – Divisão de Ordenamento do Território, nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável de contratar os ***“Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”***, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na contratação de ***“Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”***, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efetuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa para contratação de ***“Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”***, na classificação orgânica/económica 05/020219, ação do PAM 2013/A/10.

Considerando que o preço base a aplicar é de 8.811,00 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”*, por o pagamento ser integral no ano de 2013, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos *“Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2013, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013.

1086 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada em 28/01/2013, na continuação da sua reunião de 24/01/2013, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);

- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de Outubro de 2013 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 28/01/2013, na continuação da sua reunião de 24/01/2013.

A Câmara Municipal tomou conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de outubro de 2013 atenta deliberação camarária de 28/01/2013, na continuação da sua reunião de 24/01/2013, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado foi o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse, tal como já o tinha referido na 1.ª reunião, que regista o facto de se privilegiarem, sempre que possível, os fornecedores da terra.

O Sr. Vereador Carlos Logrado lamentou o facto de a Câmara ter dado como resposta ao Jornal da Marinha Grande que não comprava espaço nas Páginas Verdes, por não haver verba, quando se participou numa iniciativa do Jornal de Leiria. Entende que devem ser privilegiados, dentro do espírito da lei, os fornecedores do concelho. Neste caso deveria haver alguma equidade na compra de espaço, nomeadamente nas Páginas Verdes. A Câmara deve estreitar relações com o único órgão de comunicação social do concelho, pois é um meio privilegiado, independentemente de quem quer que o dirija.

32 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

1087 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande-Capela da Albergaria, o Clube de Atletismo da Marinha Grande e a Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, solicitaram à Câmara Municipal a isenção do pagamento de taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande-Capela da Albergaria:

-Autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras, para realização do 21.º Encontro Todo o Terreno de Albergaria, no dia 7 de dezembro de 2013;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Clube de Atletismo da Marinha Grande:

- Licença especial de ruído, para realização do 8º Corta Mato Jovem Rota do Vidro, no dia 8 de dezembro de 2013 das 8:30h às 12:30h;
- Licença para eventos organizados em locais públicos, para realização do 8º Corta Mato Jovem Rota do Vidro, no dia 8 de dezembro de 2013 das 8:30h às 12:30h;

Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro:

- Autorização para utilização das vias públicas para realização de actividades desportivas, festivas ou outras, para realização Passeio BTT, no dia 8 de dezembro de 2013 das 8:00h às 14:00h;

Presente informações nºs 105/AF, 106/AF e 107/AF de 22 de Novembro de 2013, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal **delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande-Capela da Albergaria, o Clube de Atletismo da Marinha Grande e a Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras e da licença para eventos organizados em locais públicos.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - “RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO – CP N.º 12/2013” – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.

1088 - Presente projeto de execução para a construção do “RESERVATÓRIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO”, aprovado em reunião de câmara de 16 de setembro de 2013, composto por:

- a) Peças desenhadas;
- b) Memória descritiva e justificativa;
- c) Mapa de quantidades;
- d) Orçamento;
- e) Caderno de encargos - condições técnicas especiais;
- f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

- g) Plano de Segurança e Saúde;
- h) Caderno de encargos – condições gerais;
- i) Programa do procedimento.

Presente informação técnica com referência EM/29/2013, datada de 05 de novembro de 2013, proponho a abertura de concurso público, de acordo com o disposto no artigo 16.º, n.º1, alínea b) e artigo 19.º, alínea b) do Código dos Contratos Públicos.

Assim, a Câmara Municipal, depois de apreciar os elementos referidos, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º1, alínea b), 19º, alínea b), 36º, n.º 1, 38º, 40º, n.º 2, 67º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, do artigo 33º, n.º 1, alínea f), da Lei N.º 75/2013, de 12 de Setembro, e, do artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei N.º 197/99, de 8 de junho, delibera:

- i. Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- ii. Adotar o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- iii. Autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- iv. Aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos e elementos de solução da obra), que passam a integrar o processo administrativo;
- v. Determinar a publicação no Diário da República;
- vi. Designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição:
Eng.ª Edite Moniz, (presidente)
Eng.º José Carvalho, (vogal que substitui o presidente) e
Luís Silva (secretário)
E como suplentes a Eng.ª Susana Silva e o Eng.º Ângelo Rosário.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

De futuro, é conveniente que se inclua sempre na deliberação o valor base do concurso.

34 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELA OCORRÊNCIA DO PASSADO DIA 3 DE AGOSTO DE 2013, NO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL – ROSA MARIA VIDINHA LOURAÇO JUSTINIANO – APRECIACÃO E DEFERIMENTO.

Assunto retirado da ordem do dia por falta de documento na instrução do processo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

35 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO

1089 - Presente informação n.º 2312 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 21 de novembro do corrente ano, a dar conta da necessidade de se proceder à atualização anual da renda de dois fogos de habitação social, localizados respetivamente na Rua Professor Melo Vieira e Avenida da Liberdade, com vista à sua entrada em vigor a partir de 1 de dezembro do corrente ano.

Considerando que, os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação do valor do preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando a apresentação dos rendimentos dos arrendatários em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e, no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio delibera proceder à atualização anual das rendas dos seguintes fogos:

Rua Professor Melo Vieira

| BLOCO | MORADOR | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/12 | RENTA/13 |
|-------|----------------------------|----------|---------------|----------|----------|
| 3 | Maria Teresa Emídio Simões | 2.º Esq. | 25/10/2004 | 4,85€ | 4,85€ |

Avenida da Liberdade

| BLOCO | MORADOR | FOGO | DATA CONTRATO | RENTA/12 | RENTA/13 |
|-------|--------------------------|-------------|---------------|----------|----------|
| L | Maria Filomena B. Santos | 2.º Fte Dto | 30/11/2006 | 4,85€ | 8,39€ |

Mais delibera que as referidas rendas, entrem em vigor a partir de 1 de dezembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

36 - TRANSMISSÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO A FAVOR DE NATÁLIA DE JESUS AUGUSTO, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 4, 2ª ESQ., CASAL DE MALTA, POR MOTIVO DE DIVÓRCIO DO PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO

1090 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 8713/2013, do ex-cônjuge do primitivo arrendatário, Natália de Jesus Augusto, a solicitar a transmissão do direito ao arrendamento para o nome desta;

Presente informação n.º 2297 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 18 de novembro de 2013, a propor a transmissão do direito ao arrendamento para o nome de Natália de Jesus Augusto;

Considerando que, o contrato de arrendamento ainda se encontra em nome de António Maria Salcedas;

Considerando a Ata de Conferência do Divórcio, da Conservatória do Registo Civil da Marinha Grande, datada de 15 de Janeiro de 2008, a dar conta da dissolução do casamento entre António Maria Salcedas e Natália de Jesus Augusto;

Considerando que na referida Ata de Conferência do Divórcio a atribuição do direito à casa de morada de família, foi determinada por mútuo acordo, apesar de na mesma não estar expressa que esta seria a favor de Natália de Jesus Augusto;

Considerando que Natália Augusto nunca deixou de residir na habitação em causa, até à presente data;

Considerando que António Maria Salcedas faleceu no dia 20 de Fevereiro de 2010, conforme assento de óbito em anexo;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do art.º 1105 do Código Civil: “ Incidindo o arrendamento sobre a casa de morada de família, o seu destino é, em caso de divórcio ou de separação judicial de pessoas e bens, decidido por acordo dos cônjuges, podendo estes optar pela transmissão ou pela concentração a favor de um deles”.

Considerando que, de acordo com o n.º 2 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, Natália de Jesus Augusto, tem direito ao arrendamento, na medida em que: “ A transmissão da posição do arrendatário transmite-se ainda por divórcio.”

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

transmissão do direito ao arrendamento para o nome de Natália de Jesus Augusto – contribuinte fiscal número 117 490 385.

Mais delibera, que os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Natália de Jesus Augusto, a partir de dezembro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - APRECIACÃO DE TRÊS CANDIDATURAS RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

1091 - Presente a informação n.º 2135, datada de 14 de outubro de 2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (DCD), dando conta da existência de três candidaturas ao Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, rececionadas após o dia 30 de junho de 2013, e que, por essa razão, não foram presentes na reunião de câmara de 06 de setembro, onde foram deliberados os deferimentos das candidaturas apresentadas no 2.º trimestre de 2013.

O regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família foi aprovado na reunião de câmara de 16 de junho de 2010, retificado/clarificado na reunião realizada em 24 de junho de 2010, e aprovado na segunda reunião da Assembleia Municipal do dia 25 de junho de 2010, realizada no dia 13 de julho do mesmo ano, com as alterações introduzidas e aprovadas em Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012, e de 30 de abril de 2013.

Considerando a informação da Divisão Jurídica e de Comunicação (DJC), datada de 05 de novembro de 2013, dando conta da apreciação jurídica relativamente ao exposto na informação da DCD, mencionada em epígrafe, apresentada em anexo;

Considerando que, conforme disposto na informação da DJC, *“(...) deve entender-se que estão abrangidas pelo citado Regulamento todas as crianças nascidas entre 1 de julho de 2010 e 30 de junho de 2013”;*

Considerando que as três crianças em questão nasceram efetivamente até 30 de junho de 2013, conforme provam os registos de nascimento, constantes nas candidaturas apresentadas em anexo;

Considerando que as três candidaturas, apresentadas em anexo, cumprem todos os requisitos impostos pelo regulamento;

Considerando que por efeito da entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foram introduzidas alterações muito significativas em matéria de realização de despesas públicas, condicionando desta forma a apreciação e deliberação das candidaturas em reunião de câmara, tal como previsto no artigo 9.º;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Considerando que existe dotação disponível na ação 2010/A/46 do Plano de Atividades Municipal;

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir as três (três) candidaturas, constantes no anexo 1, e proceder ao pagamento do incentivo aos seguintes requerentes:

| Nº | Nome do Requerente | NIF | Estimativa Pagamento 2013 | Estimativa Pagamento 2014 |
|----|-----------------------------------|-----------|---------------------------|---------------------------|
| 1 | Carlos Alexandre Marcelino Macedo | 222794550 | 125,00€ | 125,00€ |
| 2 | Liliana Andreia Nunes Antunes | 206634641 | 125,00€ | 125,00€ |
| 3 | Marco Humberto Ferreira Maia | 210584084 | 125,00€ | 125,00€ |
| | | | 375,00€ | 375,00€ |
| | | | Total geral | 750,00€ |

Mais delibera definir as seguintes datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa:

| | |
|---|-----------------------|
| Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche | <u>até</u> 13/12/2013 |
| Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche | <u>até</u> 14/02/2014 |

Delibera ainda que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação na componente dos pagamentos a efetuar em 2013 ou 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - APRECIACÃO DE UMA CANDIDATURA APRESENTADA NO 2º TRIMESTRE DO ANO 2013, RELATIVA AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

1092 - Presente informação n.º 2110, datada de 04 de outubro de 2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da existência de uma candidatura de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, relativa ao 2.º trimestre do ano de 2013, que por lapso não

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

foi presente na reunião de câmara de 06 de setembro, que deliberou os deferimentos das candidaturas do 2.º trimestre.

O regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família foi aprovado na reunião de câmara de 16 de junho de 2010, retificado/clarificado na reunião realizada em 24 de junho de 2010, e aprovado na segunda reunião da Assembleia Municipal do dia 25 de junho de 2010, realizada no dia 13 de julho do mesmo ano, com as alterações introduzidas e aprovadas em Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012, e de 30 de abril de 2013.

Considerando que a candidatura está inserida no **2.º trimestre de 2013**;

Considerando que as condições de atribuição do incentivo estão consagradas no artigo 3.º do regulamento;

Considerando que o valor do incentivo é definido pela aplicação dos critérios constantes no artigo 4.º do regulamento;

Considerando que a candidatura, contendo todos os documentos obrigatórios, foi entregue dentro do prazo, conforme disposto no n.º 1 do artigo 6.º do regulamento;

Considerando que a candidatura, apresentada em anexo, cumpre todos os requisitos impostos pelo regulamento;

Considerando que por efeito da entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foram introduzidas alterações muito significativas em matéria de realização de despesas públicas, condicionando desta forma a apreciação e deliberação das candidaturas em reunião de câmara, tal como previsto no artigo 9.º;

Considerando que existe dotação disponível na ação 2010/A/46 do Plano de Atividades Municipal;

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir a candidatura, constante no anexo 1, em nome Mara Filipa Gomes Rodrigues, com o contribuinte 218142749, e proceder ao pagamento do incentivo à requerente, no valor total de 250,00€, dividido por duas tranches de 125,00€.

Mais delibera, definir as seguintes datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa:

| | |
|---|-----------------------|
| Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche | <u>até</u> 13/12/2013 |
| Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche | <u>até</u> 14/02/2014 |

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Delibera ainda, que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação na componente dos pagamentos a efetuar em 2013 ou 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS. CASA DE PESSOAL

1093 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara, de 25 de julho de 2013 e da presente data, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições nos domínios da ação social, conforme o disposto na alínea h) n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos trabalhadores do município, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos

familiares, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte da entidade beneficiária, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios;

Considerando que a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo;

Considerando que o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 13/2011, de 25 de janeiro, dispõe que as transferências a efetuar pelas autarquias às instituições constituídas por trabalhadores municipais, não podem exceder, por cada instituição, uma verba correspondente a 3,5% do somatório das remunerações e pensões, respetivamente, dos trabalhadores e aposentados inscritos na instituição beneficiária;

Considerando que o valor do subsídio atribuído cumpre com os limites legais estabelecidos, dado que o limite apurado, ainda que não considere a totalidade dos associados inscritos, representa 96.538,58€.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com a competência prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

| ENTIDADE | OBJETO | NIF | VALOR A ATRIBUIR | RUBRICA PAM |
|---|----------------|-----------|------------------|-------------|
| CASA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE | FESTA DE NATAL | 504190466 | 16.500,00€ | 2013/A/112 |

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º, do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Quanto à deliberação do contrato-programa a celebrar com a Casa de Pessoal da Câmara, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou se o apoio financeiro era apenas para a festa de Natal.

O **Sr. Presidente e o Vereador do pelouro Sr. Vítor Pereira**, informaram que é um apoio anual, que inclui a festa de Natal, mas tem outras iniciativas durante o ano.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** propôs que as atividades deveriam ser realizadas com todos os trabalhadores, com intervenções sociais na comunidade, em que o executivo também participaria.

40 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **4.043.475,94 €** (quatro milhões, quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e noventa e quatro cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

1094 - De acordo com o previsto no art.º 19.º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

41 - “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS” – CONCURSO PÚBLICO N.º 13/2013 – ABERTURA DE CONCURSO

42 - ALTERAÇÃO DO “PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA DO 2.º E 3.º CICLO GUILHERME STEPHENS”, APROVADO PELA DELIBERAÇÃO N.º 791, DE 6 DE SETEMBRO DE 2013

43 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATAÇÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014 - PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2013” – SERVIÇOS A MAIS

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

41 - “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS” – CONCURSO PÚBLICO N.º 13/2013 – ABERTURA DE CONCURSO

1095 - Presente o projeto de Execução relativo à Requalificação da Rua das Laranjeiras, composto por:

- Mapa de quantidades de trabalho
- Orçamento
- Memória descritiva e justificativa
- Caderno de Encargos – Condições Técnicas Especiais
- Projeto de Execução
- Plano de gestão de Resíduos
- Plano de Segurança e Saúde

Presente informação da DOT ref.ª CS/27/2013 de 06 nov 2013, propondo a abertura de um concurso público para a “Requalificação da Rua das Laranjeiras”, nos termos conjugados da alínea b) do número 1 do artigo 16º, e da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

A proposta de Requalificação da Rua das Laranjeiras, surge na sequência das constantes ocorrências de inundações neste arruamento, pretendendo-se requalificar todas as infraestruturas de modo a garantir o funcionamento adequado das mesmas.

As principais ações a desenvolver com a execução do projeto são as seguintes:

- Execução da Rede de drenagem longitudinal e transversal;
- Reformulação da Rede de Abastecimento de Água;
- Reformulação da Rede de saneamento Doméstico;
- Reestruturação da plataforma viária;
- Correção da Rasante;
- Reformulação dos cruzamentos;
- Trabalhos de pavimentação
- Alargamento e pavimentação dos passeios
- Arranjos exteriores
- Melhoria da sinalização e do equipamento de segurança
- Trabalhos diversos inerentes a este tipo de obra.

A Câmara Municipal, depois de apreciar os elementos referidos, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delibera:

- 1. Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;**
- 2. Escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;**
- 3. Autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;**

4. Aprovar as peças do procedimento que passam a integrar o processo administrativo;
5. Designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição:
Eng. Cristina Silva (presidente);
Arq. Miguel Figueiredo (vogal que substitui o presidente);
Eng. Cláudia Mota (Secretaria); e como suplentes o Eng. Rui Vicente e o Arq. Mauro Oliveira.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Carlos Logrado não votou o presente assunto em virtude de ter dúvida sobre o seu impedimento, uma vez que é proprietário nesta rua.

42 - ALTERAÇÃO DO “PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA DO 2.º E 3.º CICLO GUILHERME STEPHENS”, APROVADO PELA DELIBERAÇÃO N.º 791, DE 6 DE SETEMBRO DE 2013

1096 - Em reunião de 6 de setembro de 2013, a Câmara Municipal deliberou aprovar a Proposta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, para fornecimento de refeições aos alunos do Polo de 1º Ciclo a funcionar na escola básica 2/3 Guilherme Stephens, que se anexa.

Considerando que o protocolo foi assinado em 09 de setembro de 2013, constando na sua cláusula 3ª, nº 1 o seguinte:

- 1) *O 2.º outorgante deve fornecer um total estimado de 12.790 refeições escolares, para o ano letivo de 2013/2014, distribuídos da seguinte forma:*
 - a. *10.205 refeições a um custo unitário de 1,68€.*
 - b. *490 refeições a um custo unitário de 0,95€.*
 - c. *2.095 refeições a um custo unitário de 0,22€.*

Considerando a informação nº 1/2314 de 21 de novembro de 2013, que refere a necessidade de se proceder à alteração do nº 1 da cláusula 3ª do protocolo.

Considerando que o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, em ofício entrado em 17/10/2013, informou a Câmara Municipal que o valor estabelecido no procedimento de aquisição de refeições realizado pela DGEstE para o ano letivo de 2013/2014, é de 1,39€ acrescido de IVA à taxa legal, verificando-se um acréscimo de 0,03€ por refeição, o que se traduz num aumento do valor total a pagar de 383,70€.

Considerando que apenas nessa data se tomou conhecimento do novo preço e que o preço constante do Protocolo assinado pelas partes correspondia ao que na altura se considerava correto.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2013.

Mandato de 2013/2017

Ata nº 25

Considerando que no período de gestão corrente até à tomada de posse dos novos eleitos locais existiam limitações à tomada de decisões.

Considerando que não era possível interromper os efeitos do Protocolo, por ser essencial garantir que os alunos têm acesso a um refeitório escolar.

Considerando que a ter conhecimento do novo preço a Câmara Municipal teria incluído esse valor no Protocolo e não qualquer outro.

Considerando que é imperioso manter o fornecimento de refeições escolares e que a alteração de preço decorre exclusivamente da mudança de fornecedor por parte da entidade responsável pela gestão do refeitório.

Considerando que a atribuição de efeitos retroativos não lesa direitos de terceiros e corresponde à vontade inequívoca das partes à data da sua outorga, permitindo a aplicação do artigo 128.º, n.º 2, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo.

A Câmara Municipal analisou a referida informação e delibera, ao abrigo do artigo 147.º do Código do Procedimento Administrativo, proceder à alteração do nº 1 da cláusula 3ª do protocolo aprovado pela deliberação n.º 791 de 6 de setembro de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

- 1) O 2.º outorgante deve fornecer um total estimado de 12.790 refeições escolares, para o ano letivo de 2013/2014, distribuídos da seguinte forma:**
 - a. 10.205 refeições a um custo unitário de 1,71€.**
 - b. 490 refeições a um custo unitário de 0,98€.**
 - c. 2.095 refeições a um custo unitário de 0,25€.**

Mais delibera que a presente alteração produz efeitos reportados a 9 de setembro de 2013, de acordo com o artigo 128.º, n.º 2, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, devendo ser objeto de adenda ao protocolo inicial.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014 - PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2013” – SERVIÇOS A MAIS

1097 - Na reunião de câmara de 16-09-2013 foi deliberado emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas de Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o período de Setembro a Dezembro de 2013”*, num total de 808 tempos letivos.

Na sequência do parecer favorável, referido no parágrafo anterior, foi despoletado o processo de aquisição n.º 46/2013-AP/DCD e por despacho do Sr. Presidente, datado de 26-09-2013, foram adjudicados os *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas de Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o período de Setembro a Dezembro de 2013”* à ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL DESPORTIVO NAUTICO MARINHA GRANDE, NIPC 501 089 721, pelo valor global de 6.480,16€ (seis mil quatrocentos e oitenta euros e dezasseis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento apresentou a informação n.º 1/2323/2013 e requisição interna n.º 13123, datadas de 21-11-2013, nas quais manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços a mais no âmbito do processo de aquisição n.º 46/2013-AP/DCD, com o objeto *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014 - Período de setembro a dezembro de 2013”*, num total de 184 tempos, no valor de 1.475,68 €, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando a informação 42/SC de 26-11-2013, os serviços a mais a contratar no âmbito dos serviços referidos em epígrafe, carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

Considerando que o artigo 454º do Código dos Contratos Públicos prevê a realização de serviços a mais desde que:

- O preço atribuído aos serviços a mais, incluindo o de anteriores serviços a mais, não ultrapasse 40 % do preço contratual;
- O contrato tenha sido celebrado na sequência de procedimento de ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, isto é, o somatório do preço contratual com o preço atribuído aos serviços a mais, incluindo o de anteriores serviços a mais, seja igual ou superior ao valor referido naquela alínea, ou seja 75.000,00€.

Considerando que os serviços a mais requeridos pela DCD cumprem os requisitos do Código dos Contratos Públicos, referidos no parágrafo anterior.

Considerando que, serão solicitados ao adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que os serviços a mais a contratar no âmbito dos *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014 - Período de setembro a dezembro de 2013”*, correspondem a tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efetuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para contratação de serviços a mais no âmbito dos *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014 - Período de setembro a dezembro de 2013”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2013/A/34.

Considerando que os serviços a mais a contratar são de 184 tempos, ao preço unitário de 8,02€, perfazendo o valor total de 1.475,68 €, a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento o contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos serviços a mais que se pretende contratar no âmbito dos *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014 - Período de setembro a dezembro de 2013”* por o pagamento ser integral no ano de 2013, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços a mais no âmbito do processo de aquisição n.º 46/2013-AP/DCD com o objeto de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande*

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2013.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014 - Período de setembro a dezembro de 2013”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

1098 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 15:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião